

Juros travam crescimento, diz economista

Economia - Brasil

Revista da FGV mostra que o maior desafio é a retomada do ritmo de atividade

Vera Saavedra Durão
do Rio

O economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Lauro Vieira, aponta como maior desafio da economia brasileira a retomada do crescimento. "Crescer ou crescer" foi o tema escolhido por Vieira para o editorial da revista Conjuntura Econômica de agosto.

O crescimento de 1,5% previsto para o PIB este ano, que encerrou o primeiro semestre com expansão insignificante de 0,5%, colocará o País atrás do indicador de crescimento econômico no "ranking" dos países latino americanos, destacou o economista da FGV.

Na média dos últimos quatro anos (95/98) o Brasil registrou crescimento em sua economia de 3,5%, ante 6,8% do Peru, 6,2% do Chile, 4,1% da Colômbia e 4% registrados pela Argentina.

Vieira atribui este fraco desempenho à estabilização econômica ancorada numa rigidez monetária que elevou os juros à estratosfera, travou a economia, aumentou o desemprego e reduziu a renda per capita do brasileiro em 0,2% entre 1995 a 1998.

A política econômica vigente é criticada pelo economista. "Temos uma política fiscal expansionista, uma política monetária contracionista e uma política cambial desa-

justada".

Para retomar o crescimento econômico, Vieira receita a redução do déficit fiscal que ameaça fechar o ano, em termos nominais, na casa de 8% do PIB, alerta. A redução dos juros é outra medida indispensável para promover a retomada dos investimentos. No tocante ao câmbio, sua opção é por uma abertura gradual da taxa de flutuação, já que esta variável é hoje uma das mais sensíveis no bojo das crises do mercado financeiro internacional.

Vieira considera que dificilmente o governo adotará esta cartilha, especialmente neste período eleitoral. Após o pleito, sendo reeleito Fernando Henrique

Cardoso, o economista da Fundação Getúlio Vargas não tem dúvida de que algum ajuste forte será feito na economia para colocar as contas públicas em equilíbrio, sem ter de arcar com o ônus do aumento do déficit em conta corrente, hoje de 4% do PIB.

O empresariado está pressentindo este ajuste, e por isso neste segundo semestre as expectativas de reaquecimento da economia, mesmo que tímido, não estão se concretizando.

Vieira prevê medidas duras nos

próximos dois anos.

O governo deverá cortar gastos, pois não há mais espaço para aumentar a tributação, considera Lauro Vieira. Além disto, a partir do ano 2000 as receitas com privatização deverão diminuir bastante.

O Brasil terá que se preparar para mais um período de baixo crescimento, com consequente baixa do nível de emprego avisa o economista da FGV.

A seu ver, é importante colocar as finanças públicas sobre controle,

pois um eventual ajuste mais forte do câmbio seria de grande impacto sobre as empresas que devem muito em moeda estrangeira.

De janeiro a abril, pelos seus cálculos, as despesas do governo com pessoal cresceram 22,7%, os benefícios previdenciários pagos pelo INSS, 17%, as "outras despesas correntes" que incluem gastos variados, inclusive com saúde e educação, 27,8% e as despesas com juros nominais, 100%.

Com este ajuste, o Brasil estaria apto a se enfileirar com seus vizinhos latino americano mais bem sucedidos, como o Chile e o Peru, que tem superavit fiscal, juros baixos e

inflação em queda.

Atualmente, apesar de o Brasil ter situações semelhantes a dos demais países latino americanos no tocante a conta corrente do balanço de pagamento, as diferenças ocorrem na política fiscal e de câmbio, destacou Vieira.

Segundo revelou, o déficit fiscal brasileiro entre 95/98 foi na média de 6,5% do PIB, contra um superávit de 2% do Chile, de 1,7% da Colômbia, de 1,5% da Argentina e de um déficit de 1,5% do Peru.

No tocante ao câmbio, dados da Cepal citados pelo economista da FGV, revelam informam que entre 1994 e 1997 a moeda brasileira acumulou uma valorização de 47,6% em relação a uma cesta de moedas relevantes para o comércio exterior e descontadas as inflações correspondentes dos preços ao consumidor, impactando desfavoravelmente a balança em conta corrente. No mesmo período, a moeda argentina teve valorização de 10,3%.

Quanto ao comportamento dos juros, Vieira relatou que o Brasil perde também na comparação com seus vizinhos de continente. Entre 1994/1998 a taxa de juros básica de captação no Brasil chegou ao patamar de 20,2% ao ano em termos reais, ante 6,8% da Argentina, 8,3% da Colômbia, 6,8% do Chile e 1,5% do Peru.

"Temos uma política fiscal expansionista. Uma política monetária contracionista e cambial desajustada"